

NÃO HAVIA NECESSIDADE

sociedade@expresso.imprensa.pt

O milénio tem decorrido sob o peso de três crises sobrepostas. A crise financeira, a crise pandémica e a crise climática imbricam-se nestas duas décadas e continuarão a determinar a nossa vida dura e duradouramente.

Entre muitas mudanças, uma coisa que se alterou profundamente foi a relação pública aos espaços verdes urbanos. Seja porque a crise financeira levou as pessoas a procurar nos parques e jardins urbanos o consolo gratuito de consumos de que ficaram impedidas. Seja porque a crise climática levou as pessoas a procurar nos parques urbanos o refresco para as canículas. Seja porque a pandemia impôs o afastamento social e a necessidade compensatória de uma vida mais arejada, o que levou tanta gente a deslocar para os parques urbanos até mesmo atividades económicas, como aulas de ginástica.

Em simultâneo, as políticas públicas, sobretudo por impulso comunitário, revalorizaram estes espaços, que o público estava a revalorizar também.

Este contexto cruza-se com um outro também muito próprio dos nossos dias. A cidadania ganhou desenvoltura e a necessidade aguçou a atenção e mesmo a inspeção ao destino que é

dado aos bens públicos urbanos. E assim têm surgido vários movimentos cívicos um pouco por todo o país.

O caso da Tapada das Necessidades é emblemático. Um movimento de cidadãos reuniu quase 12 mil assinaturas contra um processo de concessão comercial que mostrava aspetos altamente discutíveis e censuráveis até. São muitos cidadãos a assinar e foram fortes as razões para o fazerem.

Por detrás destas razões e deste número corre uma questão que não poderá deixar de ser ponderada daqui por diante, já que a procura dos espaços verdes urbanos pela população e as políticas públicas para a sua conservação e reabilitação irão seguramente reforçar-se.

A questão é a da diversidade enorme e a da natureza dos espaços verdes urbanos. Não é possível considerar que estes espaços têm de ser todos transformados em lugares frenéticos de recreio público, inundados de esplanadas, restaurantes, cafetarias, ecrãs, animação, etc. O seu destino não pode ser o de uma espécie de feira popular com árvores no meio, nem o de um parque de diversões onde nenhum sossego é possível nem nenhuma atenção pode ser dada àquilo que justamente as crises demonstraram que as sociedades (cada vez mais urbanas) procuram nos seus parques e jardins: um lugar de ligação harmoniosa a uma natureza cuidada pela mão do homem. Dos espaços verdes faz parte a sua atmosfera de silêncio e paz, a qual, nalguns casos, é um

das Necessidades é emblemático: um movimento reuniu quase 12 mil assinaturas contra um processo de concessão comercial

dado vital da sua história e identidade. É o que se passa nos jardins históricos dos palácios, como o da magnífica Tapada do Palácio das Necessidades.

Por agora, foi possível um movimento de cidadania alertar e, espera-se, suster ali a tendência absurda para criar um programa de vida recreativa num jardim que exige todo ele harmonia e sossego. Mas é muito importante que a lição deste caso seja aprendida.

Por causa do abaixo-assinado, a Câmara Municipal de Lisboa solicitou um Plano de Salvaguarda da Tapada, cuja discussão pública acabou esta semana. Mas, fatalidade do destino, entre outras coisas críticas, lá continua o projeto de um megarrestaurante plantado no meio da Tapada. Será difícil de perceber que uma tapada do século XVIII não é compatível com o dia a dia de um restaurante, por bom que este seja? E a seguir? É no Claustro dos Jerónimos?

Lisboa tem hoje uma condição de espaços verdes muito interessante e diversificada, que, nos últimos anos, foi objeto de revalorização e alargamento significativos. Espera-se agora que não se estrague tudo o que foi ganho com projetos que são fatais aos próprios valores onde se querem instalar.



Qualidade Devida
Luísa Schmidt

O caso da Tapada